Balanço patrimonial 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	770.765	23.658
Contas a receber de clientes e outros	5	893.983	934.032
Títulos e valores mobiliários	4	63	160.025
Impostos e contribuições a recuperar	6	140.182	133.761
Serviços em curso		32.002	22.395
Instrumentos financeiros derivativos	11	21.509	18.425
Outros ativos circulantes		53.332	42.143
Total do circulante		1.911.836	1.334.439
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	5	76.291	75.901
Títulos e valores mobiliários	4	-	16.028
Impostos e contribuições a recuperar	6	86.762	98.327
Impostos e contribuições diferidos	8	265.398	267.829
Depósitos judiciais	15	93.473	74.117
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	24	2.106	1.411
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	121.873	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	9.1	1.260.085	1.081.698
Instrumentos financeiros derivativos	11	37.597	44.099
Outros ativos não circulantes		3.633	3.632
Intangível	9.2	2.817.543	2.527.662
Total do não circulante		4.764.761	4.190.704
Ativo total	:	6.676.597	5.525.143

Balanço patrimonial 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2017	31/12/2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	800.566	531.559
Empréstimos e financiamentos	11.1	415.898	699.917
Debêntures	11.2	175.346	69.751
Salários e encargos a pagar	12	69.907	41.817
Encargos setoriais	13	76.288	48.979
Impostos e contribuições a recolher	14	162.335	215.208
Dividendos e juros sobre capital próprio	17	23.411	105
Provisões	15	44.236	47.008
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	24	18.822	17.523
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	7	395	36.510
Instrumentos financeiros derivativos	11	8.417	60.974
Outros passivos circulantes	16	149.662	149.787
Total do circulante	_	1.945.283	1.919.138
Não circulante			
Fornecedores	10	196.542	179.123
Empréstimos e financiamentos	11.1	1.835.029	1.148.114
Debêntures	11.2	749.331	306.355
Encargos setoriais	13	33.385	29.109
Provisões	15	114.300	71.810
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	24	229.116	225.588
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	7	-	41.781
Outros passivos não circulantes	16	35.168	29.793
Total do não circulante	_	3.192.871	2.031.673
Patrimônio líquido	17		
Capital social		663.178	590.174
Reservas de capital		485.076	558.080
Reservas de lucros		374.667	374.667
Outros resultados abrangentes		18.992	28.097
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	23.314
Prejuízo acumulado		(3.470)	
Total do patrimônio líquido	_	1.538.443	1.574.332
Passivo e patrimônio líquido total	=	6.676.597	5.525.143

Demonstração do resultado Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida	18	1.367.755	3.899.530	1.180.238	3.416.211
Custo do serviço		(1.224.507)	(3.330.135)	(1.052.427)	(2.930.498)
Custos de energia elétrica	19.1	(884.508)	(2.330.173)	(700.760)	(1.886.344)
Custos de operação	19.2	(160.349)	(486.204)	(169.527)	(497.616)
Custos de construção		(179.650)	(513.758)	(182.140)	(546.538)
Lucro bruto	•	143.248	569.395	127.811	485.713
Despesa com vendas	19.2	(39.632)	(176.527)	(51.826)	(179.702)
Despesas gerais e administrativas	19.2	(51.706)	(164.496)	(55.938)	(166.193)
Lucro operacional		51.910	228.372	20.047	139.818
Resultado financeiro		(81.624)	(224.720)	(69.341)	(164.942)
Receitas financeiras	20	97.271	251.129	52.669	517.921
Despesas financeiras	20	(178.895)	(475.849)	(122.010)	(682.863)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(29.714)	3.652	(49.294)	(25.124)
Imposto de renda e contribuição social		7.877	(7.122)	13.671	1.864
Diferido	8	11.431	3.541	17.377	12.984
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	8	(3.554)	(10.663)	(3.706)	(11.120)
Prejuízo do período		(21.837)	(3.470)	(35.623)	(23.260)
Prejuízo básico e diluído por ação do capital:					
Ordinária		(0,2924)	(0,0465)	(0,4770)	(0,3114)
Preferencial A		(0,2924)	(0,0465)	(0,4770)	(0,3114)
Preferencial B		(0,3216)	(0,0511)	(0,5247)	(0,3426)

Demonstração do resultado abrangente Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Prejuízo do período	(21.837)	(3.470)	(35.623)	(23.260)
Ganhos e perdas atuariais	(17.195)	(13.794)	(292)	(875)
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	5.846	4.689	99	296
	(11.349)	(9.105)	(193)	(579)
Resultado abrangente do período, líquido de impostos	(33.186)	(12.575)	(35.816)	(23.839)
Prejuizo básico e diluído por ação do capital:				
Ordinária	(0,4443)	(0,1684)	(0,4796)	(0,3192)
Preferencial A	(0,4443)	(0,1684)	(0,4796)	(0,3192)
Preferencial B	(0,4888)	(0,1852)	(0,5275)	(0,3511)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

		Reserv	as de capital		Reservas	de lucros				
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Prejuízo acumulado	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	86.711	28.097	-	23.314	1.574.332
Aumento de capital (Nota 17) Aprovação da proposta de dividendos adicional	73.004			(73.004)					(23.314)	(23.314)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos							(9.105)			(9.105)
Prejuízo do período								(3.470)		(3.470)
Saldos em 30 de setembro de 2017	663.178	30.077	454.999	-	287.956	86.711	18.992	(3.470)	-	1.538.443
	-	Reserva	Reservas de capital		Reservas de lucros		-			
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Prejuízo acumulado	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	87.052	60.679	-	72.029	1.655.970
Aprovação da proposta de dividendos adicional									(48.715)	(48.715)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(579)	-	-	(579)
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	(23.260)	-	(23.260)
Saldos em 30 de setembro de 2016 (Reapresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	87.052	60.100	(23.260)	23.314	1.583.416

Demonstração do fluxo de caixa Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

		30/09/2017	30/09/2016
			(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do período antes dos impostos		3.652	(25.124)
Ajustes para:			
Amortização	(*)	154.566	135.409
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais		(229.520)	145.967
Valor justo do ativo financeiro da concessão		185.070	186.437 (36.392)
Valor residual do ativo intangível baixado		(55.215) 18.749	13.829
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		43.698	36.443
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(41.027)	34.307
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego		19.623	18.547
Atualização das provisões para contingências		30.054	19.662
Atualização de títulos e valores mobiliários		(14.847)	(7.651)
Outras atualizações de receitas e despesas financeiras		368	(423)
,		115.171	521.011
Variações em:			
Contas a receber de clientes e outros		80.686	(5.152)
IR e CSLL a recuperar		703	(2.012)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL		4.441	(17.584)
Depósitos judiciais		(17.394)	(7.788)
Despesas pagas antecipadamente		(5.046)	(423)
Benefício pós-emprego e outros benefícios		(695)	835
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		29.751	-
Outros ativos		(40.733)	(2.864)
		51.713	(34.988)
Fornecedores		286.426	(194.162)
Salários e encargos a pagar		28.090	(2.418)
Encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos pagos		(275.886)	(155.629)
Encargos setoriais		29.255	(31.623)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL		(52.873)	(11.023)
Valores a compensarrepassar da parcela A e outros itens financeiros		-	73.163
Indenizações e contingências pagas		(34.034)	(51.205)
Benefício pós-emprego e outros benefícios		(28.590)	(19.609)
Outros passivos		5.250	(9.836)
		(42.362)	(402.342)
Fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais		124.522	83.681
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de intangível		(528.479)	(564.912)
Resgate/(aplicação) em títulos e valores mobiliários		190.837	184.995
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(337.642)	(379.917)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		1.070.994	276.085
Captação de debêntures		593.838	356.890
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(643.608)	(121.047)
Amortização do principal de debêntures		(49.995)	(216.000)
Pagamentos de custos de captação		(17.415)	(2.382)
Obrigações vinculadas		6.421	20.975
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital proprio		(8)	(49.908)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		960.227	264.613
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		747.107	(31.623)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		23.658	38.968
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		770.765	7.345
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		747.107	(31.623)

^(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

Demonstração do valor adicionado Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

		30/09/2017	30/09/2016
	_		(Reapresentado)
Receitas			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		5.789.320	5.217.017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	_	(108.734)	(103.347)
		5.680.586	5.113.670
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(2.411.873)	(1.903.255)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*)	(163.143)	(180.319)
Matérias-primas consumidas	(*)	(5.198)	(2.855)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(873.690)	(955.217)
		(3.453.904)	(3.041.646)
Valor adicionado bruto	(*)	2.226.682	2.072.024
Amortização	(*)	(154.566)	(135.408)
Valor adicionado líquido		2.072.116	1.936.616
Valor adicionado recebido em transferência	(*)	055.000	500.044
Receitas financeiras	(*)	255.203	522.914
Valor adicionado total a distribuir	=	2.327.319	2.459.530
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		97.336	86.896
Encargos sociais (exceto INSS)		20.739	18.768
Benefício pós-emprego		171	105
Auxílio alimentação		14.758	10.530
Previdência privada e outros benefícios		12.160	21.269
Despesas com desligamento		5.093	5.082
Férias e 13º salário		18.014	16.476
Plano de saúde		16.903	11.664
Indenizações trabalhistas		2.108	1.652
Participação no resultado		10.460	9.527
Administradores		3.743	3.569
Encerramento de ordem em curso		334	964
(-) Transferência para ordens		(25.168)	(20.407)
Subtotal		176.651	166.095
Impostos, taxas e contribuições			
INSS (sobre folha de pagamento)		22.734	20.716
ICMS		1.045.392	1.015.889
PIS/COFINS sobre faturamento		203.732	238.394
Imposto de renda e contribuição social		7.122	(1.864)
Obrigações intra-setoriais		391.439	354.268
Outros		5.204	3.979
Subtotal		1.675.623	1.631.382
Remuneração de capitais de terceiros		475.040	000 000
Juros e variações cambiais	(*)	475.849	682.863
Aluguéis	(*)	2.666	2.450
Subtotal		478.515	685.313
Acionistas		(0.470)	(00.005)
Prejuízo do período	_	(3.470)	(23.260)
Subtotal	_	(3.470)	(23.260)
Valor adicionado distribuído	_	2.327.319	2.459.530
(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.			

(,

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, com sede na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife – Pernambuco, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Neoenergia S/A ("NEOENERGIA"), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão n° 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2019.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela administração da Companhia em 01 de novembro de 2017, as quais estão expressas em milhares de reais.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras intermediárias

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

2.2 - Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

- Modificações à IAS 7 (CPC 03) Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.
- Modificação à IAS 12 (CPC 32) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Modificação à IFRS 12 (CPC 45) Ciclos de melhorias anuais 2014-2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

2.4 – Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias do 3º trimestre de 2016

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações financeiras intermediárias para o período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017, originalmente arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 11 de novembro de 2016, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", conforme demonstrado a seguir:

2.4.1 Demonstração do resultado, período de três e nove meses findos em 30 de setembro 2016:

		01/07/2016 a 30/09/2016				
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado		
Receita Líquida	(c)/(e)/(f)/(g)/(h)/(i)/(l)	1.151.735	28.503	1.180.238		
Custos dos serviços	(c)/(d)/(f)/(g)/(l)	(1.018.805)	(33.622)	(1.052.427)		
Despesas com vendas		(51.826)	-	(51.826)		
Despesas gerais e administrativas	(I)	(56.034)	96	(55.938)		
Receitas financeiras	(e)/(i)	54.155	(1.486)	52.669		
Despesas financeiras		(122.010)	-	(122.010)		
Imposto de renda e contribuição social	(i)	11.458	2.213	13.671		
Prejuízo líquido do exercício		(31.327)	(4.296)	(35.623)		

		01/01/2016 a 30/09/2016				
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado		
Receita Líquida	(a)/(e)/(f)/(g)/(h)/(l)	3.377.325	38.886	3.416.211		
Custos dos serviços	(d)/(f)/(g)	(2.907.590)	(22.908)	(2.930.498)		
Despesas com vendas		(179.702)	-	(179.702)		
Despesas gerais e administrativas	(b)/(l)	(166.057)	(136)	(166.193)		
Receitas financeiras	(e)/(i)	520.929	(3.008)	517.921		
Despesas financeiras		(682.863)	-	(682.863)		
Imposto de renda e contribuição social	(i)	6.218	(4.354)	1.864		
Prejuízo líquido do exercício		(31.740)	8.480	(23.260)		

2.4.2 Demonstração do resultado abrangente, período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2016:

Exceto pela alteração do prejuízo líquido do exercício, a demonstração do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016 originalmente apresentados não sofreram alterações em função dos ajustes realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

2.4.3 Demonstração das mutações dos patrimônio líquido do período findo em 30 de setembro de 2016:

		Reserv	as de capita	<u> </u>		Reserva	s de lucros					
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo fiscal	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízo Acumulado	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
Saldos em 30 de setembro de 2016 (originalmente apresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	294.436	118.035	14.214	661	60.100	(31.740)	-	1.603.960
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura Efeito dos ajustes realizados no resultado do período	-	-	-	-	(6.480)	(30.983)	(14.214)	(661) -	-	8.480	23.314	(29.024) 8.480
Saldos em 30 de setembro de 2016 (reapresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	87.052	-	-	60.100	(23.260)	23.314	1.583.416

2.4.4 Demonstração do fluxo de caixa do período de nove meses findo em 30 de setembro 2016:

		01/01	16	
	-	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do Período (Antes dos Impostos)	_	(37.958)	12.834	(25.124)
Ajustes para:				
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais, outras receitas e despesas financeiras derivativos e outras receitas e despesas financeiras	(I)	180.957	(180.957)	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(I)	-	186.437	186.437
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(b)	36.321	122	36.443
Atualização das provisões para contingências	(I)	-	19.662	19.662
Atualização de títulos e valores mobiliários	(k)/(l)	-	(7.651)	(7.651)
Outras atualizações de receitas e despesas financeiras	(I)	-	(423)	(423)
Outros ajustes ao lucro		311.667	` -	311.667
•	_	490.987	30.024	521.011
Variações em:				
Contas a receber de clientes e outros	(a)	29.704	(34.856)	(5.152)
IR e CSLL a Recuperar	(i)	(1.387)	(625)	(2.012)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	(i)	(14.065)	(3.519)	(17.584)
Amortização dos Valores de compensação da Parcela A e outros	(I)	,	,	, ,
componentes financeiros		216.585	(216.585)	
Outros ativos	(d)/(l)	(24.378)	(216.565)	(2.864)
Outros ativos Outros ativos operacionais não ajustados	(u)/(i)	(7.376)	21.514	(7.376)
Outros ativos operacionais nao ajustados	-	199.083	(234.071)	(34.988)
		133.003	(234.071)	(34.300)
Fornecedores	(I)	(194.098)	(64)	(194.162)
Encargos setoriais	(I)	(32.014)	391	(31.623)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(i)	(14.393)	3.370	(11.023)
Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	(I)	(143.422)	216.585	73.163
Outros passivos operacionais não ajustados	_	(238.697)		(238.697)
	_	(622.624)	220.282	(402.342)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	_	67.446	16.235	83.681
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Aquisição de intangível	(I)	(565.118)	206	(564.912)
Resgate/(aplicação) em títulos e valores mobiliários	(k)	(000.110)	184.995	184.995
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(k)	(1.797)	1.797	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	(k)	27.307	(27.307)	_
100gate as thatse o valence meaning	(.,, _	(539.608)	159.691	(379.917)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		264.613	_	264.613
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-	(207.549)	175.926	
Caixa e equivalentes no início do exercício	(14)	(207.549) 316.553	(277.585)	(31.623) 38.968
Caixa e equivalentes no inicio do exercício Caixa e equivalentes no final do exercício	(k) (k)	109.004	,	
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(N) _		(101.659) 175.926	7.345
VARIAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA		(207.549)	1/3.926	(31.623)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

2.4.5 Demonstração do valor adicionado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016:

		01/01/2016 a 30/09/2016					
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado			
Valor adicionado líquido	(a)/(b)/(d) /(e)	1.920.388	16.228	1.936.616			
Receitas financeiras	(e)/(l)	526.070	(3.156)	522.914			
Valor adicionado total a distribuir		2.446.458	13.072	2.459.530			
Pessoal		166.095	-	166.095			
Impostos, taxas e contribuições	(h)/(i)/(l)	1.626.790	4.592	1.631.382			
Remuneração de capitais de terceiros		685.313	-	685.313			
Remuneração de capitais próprios	(j)	(31.740)	8.480	(23.260)			
Valor adicionado distribuído		2.446.458	13.072	2.459.530			

A natureza dos principais ajustes e reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) Efeito da reversão da receita não faturada reconhecida na competência de 2015, originalmente registrada em 31 de março de 2016,no montante de R\$ 34.856. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (b) Complemento de provisão para contingências do juizado especial cível no montante de R\$ 122. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.
- (c) Reclassificação da receita de multa por inadimplência contratual do consumidor, tendo em vista a vinculação direta dessa receita aos custos de cobrança, da receita líquida para o custo do serviço, no montante de R\$ 26.694, para os três meses findo em 30 de setembro de 2016. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.
- (d) Baixa de projetos descontinuados pendentes de encerramento, no montante de R\$ 6.564 e R\$ 21.657, respectivamente para os três e nove meses findo em 30 de setembro de 2016. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (e) Reclassificação de componente do faturamento de enegria aos consumidores, da receita financeira para a receita líquida no montante de R\$ 1.560 e R\$ 3.154, respectivamente para os três e nove meses findo em 30 de setembro de 2016. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.
- (f) Reclassificação da Taxa de Fiscalização TFSEE do custo da operação para a receita líquida no montante de R\$ 1.285 e R\$ 3.752, respectivamente para os três e nove meses findo em 30 de setembro de 2016. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

- (g) Reclassificação do PIS e COFINS da receita líquida para o custo do serviço incidentes sobre: (i) a multa por inadimplência do consumidor nos montantes de R\$ 1.154 e R\$ 3.624, respectivamente para os três e nove meses findo 30 de setembro de 2016 e (ii) combustível para produção de energia nos montantes de R\$ 495 e R\$ 1.379, respectivamente para os três e nove meses findo 30 de setembro de 2016. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.
- (h) Recálculo dos encargos setoriais em função da alteração da receita operacional líquida, decorrente dos ajustes/reclassificações acima mencionados. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.
- (i) Efeitos tributários decorrentes dos ajustes efetuados mencionados acima.
- (j) Efeito dos ajustes realizados no resultado do período.
- (k) Reclassificação de títulos e valores mobiliários originalmente classificados como caixa e equivalentes de caixa. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (I) Outras reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.

As reclassificações em questão foram efetuadas pela Companhia considerando a natureza dos itens em questão no contexto de suas operações, e não alteram o resultado do período.

3. Assuntos regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$35/MWh, amarela, com acréscimo de R\$20/MWh e verde, sem acréscimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Nos nove meses de 2017, vigorou as bandeiras tarifárias seguintes:

Mês/Ano	Cor da Bandeira
jan/17	Verde
fev/17	Verde
mar/17	Amarela
abr/17	Vermelha Patamar 1
mai/17	Vermelha Patamar 1
jun/17	Verde
jul/17	Amarela
ago/17	Vermelha Patamar 1
set/17	Amarela

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 119.283 (R\$ 100.422 em 30 de setembro de 2016) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 74.083 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT (R\$ 394 em 30 de setembro de 2016), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A ANEEL, no final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora. Entretanto, o volume de cotas de energia distribuído foi superior à demanda, fato esse que contribuiu significativamente para um excesso de energia contratada em 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, terá a integral cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores na condição de especiais para o Ambiente de Contratação Livre - ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADEE - Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada — CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual.

A Companhia vem realizando acordos bilaterais nos termos desta Resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos de sobrecontratação.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão. Na mesma data, a Resolução Normativa nº 727 alterou a Resolução Normativa Nº 693/2015, que estabelece os critérios para aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia - MCSD proveniente de novos empreendimentos de geração, possibilitando que caso os montantes declarados pelas distribuidoras resulte em excedente de sobras será aberta aos geradores vendedores dos contratos a possibilidade de ofertar a redução dos montantes vendidos.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, foi emitido o Decreto nº 8.828 que elimina o limite de recontratação do montante de reposição dos contratos de energia existentes que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

Outra medida que também visou atenuar eventuais sobrecontratações, permitindo que as distribuidoras declarem necessidade de compra para o Leilão A-1 mais próxima à realidade, foi a publicação do Despacho nº 2.769 em outubro de 2016 pela ANEEL, determinando que a CCEE promovesse algumas mudanças nos procedimentos de realização do MCSD de Energia Existente. Uma das novidades foi a criação de mais uma modalidade de MCSD - Trocas Livres, que ocorrerá em novembro de cada ano com efeitos a partir de janeiro do ano subsequente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Mais uma ferramenta foi trazida pela Lei nº 13.360, de novembro de 2016, que é a possibilidade de venda de energia elétrica ao mercado livre pelas distribuidoras, lastreada no excesso de energia contratada para atendimento à totalidade do seu mercado, porém tal medida ainda não foi regulamentada pela ANEEL o quem vem impossibilitando a utilização da mesma até então.

Finalmente, o Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

Este efeito ainda não foi sentido no nível de contratação das distribuidoras, visto que a última contabilização das operações do mercado de curto prazo foi referente a agosto de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e no período findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar sua sobrecontratação.

Decreto nº 8.221/14

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 22.090 por mês, que está sendo atualizado periodicamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para a companhia a atualização do valor de incremento na tarifa para R\$ 16.963 por mês, no período de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 22.090 no período de abril de 2018 a março de 2020. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 168.050 (R\$ 236.944, em 30 de setembro de 2016).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Revisão Tarifária Períodica – RTP 2017

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.226 de 25 de abril de 2017, homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 10,47%, dos quais 8,36% correspondem ao reposicionamento tarifário econômico e 2,11% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,62%, sendo de 4,85%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 8,87%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 29 de abril de 2017 com vigência até 28 de abril de 2018.

Reajuste Extraordinário - Angra III

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2017, aprovou em processo extraordinário de ajuste nas tarifas das distribuidoras e republicou as Tarifas de Energia (TE) e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD), com vigência a partir de 01 de abril de 2017.

Como consequência, foi excluída da cobertura tarifária aplicada no último processo tarifário relativos ao Encargo de Energia de Reserva – EER, os valores associados à receita fixa da Usina de Angra III, ocorrendo desconto das tarifas de energia, aplicada aos clientes cativos em R\$ -67,52/MWh, sendo o efeito tarifário a ser percebido pelos consumidores residenciais em -15,31%.

Os efeitos da aplicação do redutor de Angra III foram contabilizados em contrapartida à CVA (Conta de Compensação de Valores da Parcela A) do ESS/ERR, uma vez que, tratou-se de uma antecipação de repasse de passivo já contabilizado na respectiva CVA e que seriam, normalmente, tratados no processo tarifário de abril de 2017. O valor revertido para o consumidor apurado foi de R\$ 60.227 para Celpe.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	-	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e equivalente de caixa	(a)		
Caixa e Depósitos bancários à vista		33.281	23.658
Fundos de investimentos	_	737.484	-
	_	770.765	23.658
Títulos e valores mobiliários – TVM	(b)		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		63	480
Fundos de investimentos	_	<u> </u>	175.573
Total TVM	_	63	176.053
Circulante		63	160.025
Não Circulante		-	16.028

- (a) Em 30 de setembro de 2017, Caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2016, não havia fundos de investimentos classificados como Caixa e equivalente de caixa.
- (b) Em 30 de setembro de 2017, Títulos e valores mobiliários são representados por garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, era constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco.

Seguem composições das carteiras do Fundos de Investimentos da Companhia:

Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)	30/09/2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa	
BB TOP Curto Prazo	347.060
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	124
	347.184
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife	
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	198.488
	198.488
Itaú Salvador Renda Fixa Curto Prazo Fl	
Itaú Curto Prazo	113
	113
Santander Natal Renda Fixa Curto Prazo DE FI	
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	191.699
	191.699
Total	737.484

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Carteira (Títulos e valores mobiliários)	31/12/2016
BB Polo 28 FI Renda Fixa	
BB TOP RF moderado FI RF LP	23.146
BB TOP RF conservador FI RF longo prazo	76.955
CDBs	7.053
LF	13.084
Debentures	278
DPGE	3.976
Outros	238
	124.730
Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Recife	
BRAM FI REF DI CORAL	47
BRAM FI REF DI RUBI	28
	75
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI	
SPECIAL RF referenciado DI FI	148
Itaú HIGH GRADE RF crédito privado FI	85
Itaú VERSO a renda fixa referenciado DI LP FI	280
	513
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI	
Santander FI PROFIT renda fixa referenciado DI	40.222
Santander FI títulos públicos renda fixa referenciado DI	10.033
	50.255
Total TVM - Fundos Exclusivos	175.573

A partir de Setembro de 2017, a estratégia adotada pela companhia foi aplicar seus recursos financeiros em cotas de fundos de investimento e ativos que tenham o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e classificados como caixa e equivalentes de caixa.

5. Contas a receber de clientes e outros

		30/09/2017	31/12/2016
Consumidores	(a)	1.265.528	1.350.583
Comercialização de energia na CCEE	(b)	50.530	45.857
Disponibilização do sistema de distribuição		59.783	52.927
Serviços taxados e administrativos		18.168	22.133
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	47.563	61.473
Outros créditos		54.392	43.677
Terceiros		54.265	43.602
Partes relacionadas		127	75
(-) Provisão para créditos de liquidação			
duvidosa	(d)	(525.690)	(566.717)
		970.274	1.009.933
Circulante		893.983	934.032
Não circulante		76.291	75.901

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

(a) Consumidores

		Saldos	vencidos	Total		PCLD		
	Saldos	Até 90	Mais de 90					
	vincendos	dias	dias	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	
Setor privado								
Residencial	84.266	131.145	314.953	530.364	610.911	(314.953)	(377.539)	
Industrial	45.825	9.465	55.020	110.310	120.580	(54.765)	(40.274)	
Comercial	96.301	37.606	59.486	193.393	201.993	(48.694)	(51.415)	
Rural	14.474	16.378	49.469	80.321	73.490	(40.948)	(36.417)	
	240.866	194.594	478.928	914.388	1.006.974	(459.360)	(505.645)	
Setor público								
Federal	7.839	1.443	541	9.823	10.091	-	(689)	
Estadual	10.709	11.276	4.280	26.265	25.962	(345)	(789)	
Municipal	59.447	5.011	14.816	79.274	79.471	(13.439)	(9.171)	
	77.995	17.730	19.637	115.362	115.524	(13.784)	(10.649)	
Iluminação pública	17.443	10.731	13.932	42.106	30.455	(3.637)	(2.307)	
Serviço público	32.815	1.253	12.944	47.012	42.612	(11.228)	(7.388)	
Fornecimento não faturado	146.660			146.660	155.018	<u> </u>		
Total	515.779	224.308	525.441	1.265.528	1.350.583	(488.009)	(525.989)	
Circulante				1.208.491	1.291.990	(488.009)	(525.989)	
Não circulante				57.037	58.593	-	-	

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) <u>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</u>

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo, R\$ 22.122 (R\$ 22.122 em 2016), compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis n^{os} 12.212/10 e 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2017 é R\$ 33.655 e refere-se aos meses de agosto e setembro de 2017 (R\$ 30.992 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) CDE:

Em 25 de abril de 2017, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.226/17 aprovando o valor mensal de R\$ 15.196, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2017 a março de 2018.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 13.908 (R\$ 30.481 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa "PCLD"

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela ANEEL, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes: industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consumidores	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	(504.924)	(22.122)	(29.421)	(556.467)
Adições	(145.358)	-	(3.978)	(149.336)
Reversões	2.179	-	14.793	16.972
Baixa para perdas (incobráveis)	122.114			122.114
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(525.989)	(22.122)	(18.606)	(566.717)
Adições	(157.316)	-	(2.078)	(159.394)
Reversões	45.535	-	5.125	50.660
Baixa para perdas (incobráveis)	149.761	<u>-</u>	<u>-</u>	149.761
Saldos em 30 de setembro de 2017	(488.009)	(22.122)	(15.559)	(525.690)

6. Impostos e contribuições a recuperar

		30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda – IR	(a)	13.096	15.308
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	7.658	6.149
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	171.059	187.736
Programa de integração social – PIS	(c)	5.842	3.779
Contribuição para o financiamento da seguridade	. ,		
social – COFINS	(c)	27.287	17.410
Instituto nacional de seguridade social – INSS		1.839	1.443
Imposto sobre serviços – ISS		163	263
		226.944	232.088
Circulante		140.182	133.761
Não circulante		86.762	98.327

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos períodos corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 76.632 (R\$ 67.643 em 2016) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional; Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 11.538 (R\$ 9.968 em 2016); e Crédito na compra de energia da Termope acumulados de abril a dezembro/2016, no montante de R\$ 82.889 (R\$ 110.125 em 2016).
- (c) PIS e COFINS a recuperar, no montante de R\$ 33.129 (R\$ 21.189 em 2016); sendo R\$ 11.130 retidos na fonte sobre faturamento; R\$ 14.052 referentes aos ajustes de anos anteriores e estornos e R\$ 7.947 a recuperar de clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

7. Valores a compensar/repassar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A natureza dos saldos reconhecidos de valores a compensar (repassar) da parcela A e outros itens financeiros estão descritas a seguir:

		30/09/2017					
		Circulante			Não circulante		
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Total líquido
CVA							
Energia	218.278	(61.730)	156.548	218.278	-	218.278	374.826
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(68.213)	(68.213)	-	(39.359)	(39.359)	(107.572)
TUST	7.146	-	7.146	2.740	-	2.740	9.886
Neutralidade dos encargos setoriais	13.981	(637)	13.344	10.647	-	10.647	23.991
Outras CVA's	-	(20.280)	(20.280)	-	(17.311)	(17.311)	(37.591)
Outros Itens Financeiros							
Recomposição Energia Termope	20.566	-	20.566	20.566	-	20.566	41.132
Repasse de Sobrecontratação	(a) -	(49.260)	(49.260)	-	(47.676)	(47.676)	(96.936)
Previsão de Risco Hidrológico	-	(61.223)	(61.223)	-	-	-	(61.223)
Outros itens financeiros	1.753	(776)	977	463	(26.475)	(26.012)	(25.035)
	261.724	(262.119)	(395)	252.694	(130.821)	121.873	121.478

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

		31/12/2016						
			Circulante			Não circulante		
	· ·	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Total líquido
CVA								
Energia		67.580	(50.056)	17.524	-	(16.686)	(16.686)	838
Encargo de Serviço do Sistema - ESS		-	(55.130)	(55.130)	-	(9.628)	(9.628)	(64.758)
TUST		2.970	-	2.970	-	-	-	2.970
Neutralidade dos encargos setoriais		4.954	(17)	4.937	925	(6)	919	5.856
Outras CVA's		28.994	-	28.994	3.070	-	3.070	32.064
Outros Itens Financeiros								
Energia Eletronuclear		22	-	22	-	-	-	22
Reversão RTE	(b)	6.090	(9.890)	(3.800)	-	-	-	(3.800)
Recomposição Energia Termope		28.973	-	28.973	-	-	-	28.973
Repasse de Sobrecontratação	(a)	-	(59.186)	(59.186)	-	(14.086)	(14.086)	(73.272)
Outros itens financeiros		1.151	(2.965)	(1.814)	299	(5.669)	(5.370)	(7.184)
	-	140.734	(177.244)	(36.510)	4.294	(46.075)	(41.781)	(78.291)

(a) Repasse de Sobrecontratação

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro ativo atualizado de R\$ 42.151, relativo à compra de energia decorrente das exposições, recontabilizações e liquidação de sobras no mercado de curto prazo.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia mantém um componente financeiro de sobrecontratação passivo total atualizado de R\$ 96.936 que contempla além da constituição do repasse do período corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2016, reconhecido no reajuste tarifário de abril de 2017 em fase de amortização, e o repasse da sobrecontratação de 2017 a ser reconhecido no reajuste de 2018.

(b) Reversão RTE 2015

No reajuste 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1.858/15, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 15.200, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 02 de março a 28 de abril de 2015, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVA's.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação dos saldos de valores a compensar (repassar) da parcela A e outros itens está demonstrada a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Saldos iniciais	(78.291)	106.867
Constituição	240.528	(88.119)
Amortização	(29.751)	(97.174)
Remuneração financeira setorial	(11.008)	135
Saldos finais ativo (passivo)	121.478	(78.291)

8. Impostos e contribuições diferidos

	-	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social	(a)	147.929	139.698
Diferido ativo	•	275.274	229.093
Diferido passivo		(127.345)	(89.395)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	117.469	128.131
Ativo		265.398	267.829

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

_	30/09/2	2017	31/12/2	2016
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Prejuízos fiscais	150.494	37.623	75.586	18.897
Diferenças temporárias _	284.592	71.148	335.339	83.834
	435.086	108.771	410.925	102.731
Contribuição Social				
Base negativa	150.494	13.544	75.586	6.803
Diferenças temporárias _	284.592	25.614	335.158	30.164
	435.086	39.158	410.744	36.967
	=	147.929	_	139.698

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	30/09/2017		31/12/2	2016	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.778	121.778	117.421	117.421	
Provisão contingências	158.536	158.536	118.818	118.818	
Provisão PLR	3.978	3.978	11.250	11.250	
Prejuízos fiscais	153.171	153.171	75.586	75.586	
Receita de ultrapassagem	90.872	90.872	92.595	92.595	
Ajuste da quota anual de amortização	11.855	11.855	8.377	8.377	
Valor justo de derivativos financeiros	648	648	1.429	1.429	
Déficit plano previdenciário	247.308	247.308	244.024	244.024	
Outros	21.482	21.482	17.237	17.056	
Total Ativo	809.628	809.628	686.737	686.556	
Passivo (-)					
Valor justo do ativo indenizável	(222.094)	(222.094)	(161.236)	(161.236)	
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com					
o IFRS	(141.361)	(141.361)	(110.360)	(110.360)	
Custo de captação	(11.087)	(11.087)	(4.216)	(4.216)	
Total Passivo	(374.542)	(374.542)	(275.812)	(275.812)	
Total Líquido	435.086	435.086	410.925	410.744	

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2016 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 11 de novembro de 2016, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

A expectativa de realização dos tributos diferidos está demonstrada a seguir:

2018	2019	2020	2021	2022	Total
23.954	2.671	20.032	-	101.272	147.929

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2017 e 2016.

_	Período de três meses findos em			
_	30/09/2017		30/09/2	2016
			(Reaprese	entado)
<u> </u>	IR	CSLL	IR	CSLL
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(29.714)	(29.714)	(49.294)	(49.294)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(3.554)	(3.554)	(3.706)	(3.706)
Base de cálculo	(33.268)	(33.268)	(53.000)	(53.000)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(8.317)	(2.994)	(13.250)	(4.770)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	138	50	1	-
Multas indedutíveis	24	9	954	343
Depreciação veículos executivos	27	10	5	2
Excesso despesas previdenciárias	1.349	485	1.296	467
Outras adições			16	5
	1.538	554	2.272	817
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(1.725)	(621)	(1.799)	(647)
Outras exclusões	92	42	-	-
<u>-</u>	(1.633)	(579)	(1.799)	(647)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(8.412)	(3.019)	(12.777)	(4.600)
Diferido	(8.412)	(3.019)	(12.777)	(4.600)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

_	Período de nove meses findos em			
_	30/09/2017		30/09/2	2016
			(Reaprese	entado)
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	3.652	3.652	(25.124)	(25.124)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(10.663)	(10.663)	(11.120)	(11.120)
Base de cálculo	(7.011)	(7.011)	(36.244)	(36.244)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.753)	(631)	(9.061)	(3.262)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	283	102	57	20
Multas indedutíveis	76	27	1.027	370
Depreciação veículos executivos	30	11	16	6
Excesso despesas previdenciárias	3.767	1.356	3.814	1.373
Outras adições	180	49	38	5
	4.336	1.545	4.952	1.774
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(5.175)	(1.863)	(5.397)	(1.943)
Outras exclusões	-	<u> </u>	(47)	-
_	(5.175)	(1.863)	(5.444)	(1.943)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.592)	(949)	(9.553)	(3.431)
Diferido	(2.592)	(949)	(9.553)	(3.431)

(b) Benefício fiscal – mais valia incorporado

O benefício fiscal apurado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais valia de aquisição incorporada.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Ágio - incorporado	1.494.454
Provisão constituída	(986.340)
Benefício fiscal	508.114
Amortização acumulada	(1.117.596)
Reversão acumulada	737.613
Saldos em 31 de dezembro de 2016	128.131
Amortização	(31.361)
Reversão	20.699
Saldos em 30 de setembro de 2017	117.469
Não circulante	117,469

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

9. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

9.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	_	30/09/2017	31/12/2016
Saldos iniciais		1.081.698	725.673
Baixas		(1.665)	(2.341)
Transferências	(a)	124.838	318.572
Atualização valor justo		55.214	39.794
Saldos finais	_	1.260.085	1.081.698

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores. A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do período.

9.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Em 30 de setembro de 2017 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 39.330 (R\$ 25.222 em 30 de setembro de 2016) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 1.06%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>-</u>			31/12/2016		
	Taxas anuais médias ponderadas					
	de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	<u>-</u>					
Direito de uso da concessão	3,99	4.443.590	(2.090.074)	(210.465)	2.143.051	2.103.821
Em curso	_					
Direito de uso da concessão	<u>-</u>	701.482		(26.990)	674.492	423.841
Total	_	5.145.072	(2.090.074)	(237.455)	2.817.543	2.527.662

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

		Em serviço			Em curso				
			Amortização	Obrigações	Valor		Obrigações	Valor	
		Custo	acumulada	especiais	líquido	Custo	especiais	Líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016		3.813.728	(1.802.464)	(170.030)	1.841.234	515.752	(110.669)	405.083	2.246.317
Adições		-	-	-	-	833.167	(30.698)	802.469	802.469
Baixas		(69.036)	50.572	3.171	(15.293)	(8.221)	-	(8.221)	(23.514)
Amortizações		-	(196.620)	11.436	(185.184)	-	-	-	(185.184)
Transferências – Intangíveis		478.549	-	(14.282)	464.267	(478.549)	14.282	(464.267)	-
Transferências - Ativos financeiros		(1.203)	-	-	(1.203)	(331.149)	13.780	(317.369)	(318.572)
Transferências - Outros			-	-	<u> </u>	12.789	(6.643)	6.146	6.146
Saldo em 31 de dezembro de 2016		4.222.038	(1.948.512)	(169.705)	2.103.821	543.789	(119.948)	423.841	2.527.662
Adições		-	-	-	-	567.809	(6.421)	561.388	561.388
Baixas		(31.295)	24.013	-	(7.282)	(9.802)	-	(9.802)	(17.084)
Amortizações		-	(165.575)	11.008	(154.567)	-	-	-	(154.567)
Transferências – Intangíveis		252.738	-	(51.768)	200.970	(252.738)	51.768	(200.970)	-
Transferências - Ativos financeiros	(a)	109	-	-	109	(177.166)	52.219	(124.947)	(124.838)
Transferências - Outros	(b)		-	-	<u>-</u>	29.590	(4.608)	24.982	24.982
Saldo em 30 de setembro de 2017		4.443.590	(2.090.074)	(210.465)	2.143.051	701.482	(26.990)	674.492	2.817.543

- (a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.
- (b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

10. Fornecedores

	30/09/2017	31/12/2016
Energia elétrica	737.740	531.499
Terceiros	566.445	210.830
Partes relacionadas	171.295	320.669
Encargos de uso da rede	45.641	27.233
Terceiros	44.909	26.538
Partes relacionadas	732	695
Materiais e serviços	170.226	111.674
Terceiros	169.440	111.124
Partes relacionadas	786	550
Energia livre	43.501	40.276
	997.108	710.682
Circulante	800.566	531.559
Não circulante	196.542	179.123

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, no montante de R\$ 43.501 e valores de compra de energia elétrica com partes relacionadas, no montante de R\$ 153.041, os quais estão registrados ao valor presente e calculados pelas taxas de captação média apurada pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

_		31/12/2016		
Empréstimos e Financiamentos	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL BNDES CEF	291.489 653.178 21.053	: :	291.489 653.178 21.053	215.469 681.771
ELETROBRÁS FINEP IBM	9.344 44.703	- - -	9.344 44.703	23.012 20.611 51.238
SANTANDER (-) Custos de transação	329.623 (9.387)		329.623 (9.387)	100.564 (4.217)
Total Moeda Nacional	1.340.003		1.340.003	1.088.448
Moeda Nacional – Circulante Moeda Nacional - Não circulante	196.583 1.143.420	-	196.583 1.143.420	309.045 779.403
Moeda estrangeira				
BANCO ABC	-	-	-	20.023
BANK OF AMERICA	80.665	(1.489)	79.176	-
BNP PARIBAS HSBC	80.665 139.864	(1.489) 3.041	79.176 142.905	144.176
ITAÚ	195.473	(3.224)	192.249	269.852
KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU – KFW	863	-	863	849
MIZUHO	64.454	-	64.454	-
SANTANDER CITIBANK VOTORANTIM	211.727	(38.304) 369	173.423 369	228.258 94.887
SUMITOMO	80.631	(1.141)	79.490	-
ICBC (-) Custos de transação	56.582 -	· -	56.582	(12)
Total Moeda Estrangeira	910.924	(42.237)	868.687	758.033
Moeda Estrangeira - Circulante	219.315	(14.331)	204.984	433.421
Moeda Estrangeira - Não circulante	691.609	(27.906)	663.703	324.612
Total de empréstimos e financiamentos	2.250.927	(42.237)	2.208.690	1.846.481
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	415.898	(14.331)	401.567	742.466
Empréstimos e Financiamentos - Não circulante	1.835.029	(27.906)	1.807.123	1.104.015
Debêntures				
CELPE	929.993	(8.452)	921.541	377.567
(-) Custos de transação	(5.316)	-	(5.316)	(1.461)
Total de debêntures	924.677	(8.452)	916.225	376.106
Debêntures - Circulante	175.346	1.239	176.585	69.751
Debêntures - Não circulante	749.331	(9.691)	739.640	306.355
Endividamento total	3.175.604	(50.689)	3.124.915	2.222.587
Endividamento Total - Circulante	591.244	(13.092)	578.152	812.217
Endividamento Total - Não circulante	2.584.360	(37.597)	2.546.763	1.410.370

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

_	Moeda nacional		Moeda estr		
_	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	179.386	826.929	159.185	363.084	1.528.584
Ingressos	126.139	84.603	20.000	190.000	420.742
Encargos	87.605	13	19.401	-	107.019
Variação monetária e cambial	2.691	10.248	(33.638)	(91.380)	(112.079)
Swap	-	-	107.785	92.743	200.528
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	652	213	865
Transferências	140.185	(140.185)	230.048	(230.048)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(251.925)	(2.205)	(70.113)	-	(324.243)
(-) Mov. depósitos em garantia	24.054	-	-	-	24.054
(-) Custos de transação	910		101	<u> </u>	1.011
Saldos em 31 de dezembro de 2016	309.045	779.403	433.421	324.612	1.846.481
Ingressos	7.519	479.242	50.000	534.233	1.070.994
Encargos	58.045	4.623	17.467	-	80.135
Variação monetária e cambial	2.475	12.096	(15.014)	(9.187)	(9.630)
Swap	-	-	62.930	9.188	72.118
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(613)	(145)	(758)
Transferências	126.372	(126.372)	194.998	(194.998)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(308.148)	(5.572)	(548.241)	-	(861.961)
(-) Custos de transação	1.275	<u> </u>	10.036	<u> </u>	11.311
Saldos em 30 de setembro de 2017	196.583	1.143.420	204.984	663.703	2.208.690

A seguir apresentamos as captações efetuadas no período de nove meses:

Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado	
		TJLP + 1,59% a.a. até 2,09% a.a. /		
BNDES	2023	SELIC + 2,09% a.a.	61.762	
BB	2019	9,5% a.a.	100.000	
MIZUHO	2020	LIBOR + 1,40% a.a.	63.369	
SANTANDER	2021 e 2022	121% até 122,6% do CDI	325.000	
ITAÚ	2017 e 2021	USD + 2,01% a.a. até 4,0715% a.a.	150.000	
BANK OF AMERICA	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907	
BNP	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907	
CITIBANK	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907	
SUMITOMO	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907	
ICBC	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	55.235	
Total			1.070.994	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/2017		31/12/2016			
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2018	72.903	(1.270)	71.633	476.473	(1.057)	475.416
2019	383.902	(2.932)	380.970	181.136	(863)	180.273
2020	628.135	(1.508)	626.627	181.136	(642)	180.494
2021	434.036	(835)	433.201	151.078	(421)	150.657
2022	239.536	(472)	239.064	67.873	(241)	67.632
Após 2022	55.882	(164)	55.718	49.675	(157)	49.518
Total obrigações	1.814.394	(7.181)	1.807.213	1.107.371	(3.381)	1.103.990
Marcação a mercado			(90)			25
			1.807.123			1.104.015

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras intermediárias da controladora Neoenergia S.A. com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Estes contratos foram aditados para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação, à exceção do contrato com o Banco Itáu, cujo saldo em 30 de setembro de 2017 corresponde a aproximadamente 1,49% da dívida líquida consolidada. Nesse caso, o limite máximo de alavancagem (apurado trimestralmente pela dívida líquida/EBITDA) no terceiro trimestre de 2017 foi ultrapassado, contudo a Companhia obteve waiver (autorizações) deste credor para adotar na apuração da alavancagem os resultados dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação, até que o efeito desproporcional provocado pela consolidação integral da dívida da empresa incorporada e consolidação gradual dos resultados seja eliminado.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Companhia encontra-se adimplente com todas as clausulas contratuais dos empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

,	Pas			
	Circulante	Não circulante	Total	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	150.122	71.959	222.081	
Ingressos	50.000	306.890	356.890	
Encargos	52.744	-	52.744	
Transferências	71.260	(71.260)	-	
Amortizações e pagamentos de juros	(255.616)	(1.234)	(256.850)	
(-) Custos de transaçãoSaldos em 31 de dezembro de 2016	1.241 69.751	306.355	1.241 376.106	
Ingressos	-	593.838	593.838	
Encargos Variação monetária e cambial	68.971 5	- 545	68.971 550	
Swap	1.239	(545)	694	
Efeito cumulativo marcação a mercado Transferências	- 156.318	(23) (156.318)	(23)	
Amortizações e pagamentos de juros	(120.731)	(4.212)	(124.943)	
(-) Custos de transação	1.032	<u> </u>	1.032	
Saldos em 30 de setembro de 2017	176.585	739.640	916.225	

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do período:

Emissão	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
7ª - 1ª Série	15/01/2020	121% CDI	300.000
7ª - 1ª Série	15/01/2020	121% CDI	203.838
7ª - 2ª Série	15/01/2022	IPCA + 6,1827% a.a.	90.000
Total			593.838

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/2017			31/12/2016			
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido	
2018	-	(540)	(540)	153.445	(478)	152.967	
2019	153.455	(1.785)	151.670	153.445	(57)	153.388	
2020	500.000	(649)	499.351	-	-	-	
2021	-	(629)	(629)	-	-	-	
2022	90.000	(189)	89.811		-	_	
Total	743.455	(3.792)	739.663	306.890	(535)	306.355	
Marcação a mercado		_	(23)		_		
		=	739.640		=	306.355	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras da emissão de debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, apurados com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da controladora Neoenergia S.A., listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Estes contratos foram aditados ou obtiveram anuência prévia para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Companhia encontra-se adimplente com todas as clausulas contratuais das debêntures.

12. Salários e encargos a pagar

		30/09/2017	31/12/2016
Salários		2.633	5.032
Encargos sociais		34.868	5.562
Provisões férias e 13º		19.406	13.416
Encargos sobre provisões de férias		7.540	5.473
Provisão participação nos lucros e resultados	(a)	3.978	11.250
Outros		1.482	1.084
		69.907	41.817

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A provisão é efetuada mensalmente com base na estimativa de realização dos objetivos estabelecidos pelo programa.

13. Encargos setoriais

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida regulatória em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas Energia (MME).

A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao Programa de Eficiência Energética será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada mensalmente pela taxa de juros SELIC.

-	30/09/2017	31/12/2016
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	29.843	35.358
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	2.638	2.449
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.319	1.225
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	22.740	17.474
Programa de Eficientização Energética – PEE	18.655	15.430
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	480	428
Encargos Setoriais – Outros CCRBT	33.998	5.724
Total _	109.673	78.088
Circulante	76.288	48.979
Não circulante	33.385	29.109

14. Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2017	31/12/2016
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	132.655	145.124
Programa de integração social – PIS	2.828	9.462
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	13.810	43.752
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	4.081	3.897
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	924	945
Imposto sobre serviços – ISS	974	2.481
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.593	1.712
Outros	5.470	7.835
Total	162.335	215.208
Circulante	162.335	215.208

15. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 01 de janeiro de				
2016	37.079	77.678	674	115.431
Adição	33.557	31.441	1.764	66.762
Reversão	(9.131)	(15.828)	-	(24.959)
Pagamentos/Indenizações	(26.955)	(34.720)	(3.593)	(65.268)
Atualização	6.245	18.666	1.941	26.852
Saldos em 31 de dezembro de				
2016	40.795	77.237	786	118.818
Adição	28.862	25.563	-	54.425
Reversão	(6.330)	(4.397)	-	(10.727)
Pagamentos/Indenizações	(9.269)	(24.765)	-	(34.034)
Atualização	8.263	21.788	3	30.054
Saldos em 30 de setembro de				
2017	62.321	95.426	789	158.536
Circulante	18.923	25.302	10	44.236
Não circulante	43.398	70.124	779	114.300

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 341.684 (R\$ 374.049 em 31 de dezembro de 2016) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m..

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, morte, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 297.279 (R\$ 312.701 em 31 de dezembro de 2016) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m..

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.347.621 (R\$ 1.293.928 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

- (i) Suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores micro empresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 20.422 (R\$ 19.791 em 31 de dezembro de 2016);
- (ii) Falta de retenção do IRRF (IRPJ) incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 33.432 (R\$ 31.156 em 31 de dezembro de 2016); e
- (iii) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.044.190 (R\$ 1.001.500 em 31 de dezembro de 2016).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência do ágio quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer o ágio decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Depósitos judiciais

Correlacionado às provisões, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária. São registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

30/09/2017	31/12/2016	
45.884	28.157	
35.513	34.200	
12.076	11.760	
93.473	74.117	
	45.884 35.513 12.076	

16. Outros passivos

	_	30/09/2017	31/12/2016
Consumidores Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP Caução em garantia Adiantamentos recebidos	(a) (b) (c)	23.819 17.651 119.373 8.751	28.207 15.900 100.615 9.295
Cooperativas - Aquisição de ativos Outras	(d) (e)	5.832 9.404	17.495 8.068
Circulante Não circulante	=	184.830 149.662 35.168	179.580 149.787 29.793

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de Universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) COSIP Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.
- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (d) Adiantamentos recebidos referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros.
- (e) Aquisição dos ativos de baixa tensão, de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Companhia, no montante de R\$ 73.318, sendo liquidada em 10 parcelas semestrais de junho de 2013 a dezembro de 2017, conforme acordo celebrado entre as partes em 06/09/2012, corrigido semestralmente pelo IGPM. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL através da Resolução 338/2008, alterada pela Resolução 457/2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 700.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663.178 (R\$ 590.174 em 31 de dezembro de 2016).

Em 22 de fevereiro de 2017, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou e em 10 de abril de 2017 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou, o aumento do capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 73.004, dentro do limite do capital social autorizado, através da capitalização dos saldos da reserva de incentivo fiscal constituída até dezembro de 2007.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

31/12/2016

							Tota	al
Acionistas / Qtde Ações vs R\$	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	66.023	522.229	464	3.672	400	3.167	66.887	529.068
Outros	280	2.216	7.103	56.184	342	2.706	7.725	61.106
Total	66.303	524.445	7.567	59.856	742	5.873	74.612	590.174

^{*} Lote de mil ações.

30/09/2017

_ . .

							lota	l i
Acionistas / Qtde Ações vs R\$	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	66.023	586.829	464	4.127	400	3.559	66.887	594.514
Outros	280	2.490	7.103	63.133	342	3.040	7.725	68.664
Total	66.303	589.319	7.567	67.260	742	6.599	74.612	663.178

^{*} Lote de mil acões.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) as ações preferenciais "Classe B", têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para o período de 30 de setembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	Períodos de findo		Períodos de nove meses findos em		
	30/09/2017 30/09/2016		30/09/2017	30/09/2016	
Total de ações Prejuízo do período	74.612	74.612	74.612	74.612	
(disponível aos acionistas)	(21.837)	(35.623)	(3.470)	(23.260)	
Prejuízo do período/ Total de ações	(0,29)	(0,48)	(0,05)	(0,31)	

Reservas de Capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 454.999, gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 30 de setembro de 2017, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 390.646 e a disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 337.530 (R\$ 326.867 em 31 de dezembro de 2016).

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia não apurou incentivo fiscal da SUDENE no período acumulado findo em 30 de setembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

b) Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2011 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

				Valor por ação	
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2017 AGO de 10 de abril de 2017	Dividendos 2016	8	0.0000745	0.0004403	0.0000819
AGE DE 10 de agosto de 2017	Dividendos adicionais propostos 2014	23.315	0,3121646	0,3121646	0,3433811
de 2017	2014	23.323	0,0121040	0,3121040	0,0400011
2016 AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos Adicionais 2015	48.715 48.715	0,6522655	0,6522655	0,7174921

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	30/09/2017	31/12/2016
Saldos iniciais	105	1.297
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	23.314	48.715
Propostos	-	8
Pagos no período	(8)	(49.915)
Saldos finais	23.411	105

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego, líquidas dos efeitos tributários.

18. Receita líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita do ativo financeiro indenizável da concessão, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

		Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em		
		30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	
		_	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Fornecimento de energia	(a)	803.508	714.915	2.433.318	2.279.098	
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	(b)	29.927	58.470	154.568	156.722	
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	756.309	799.193	2.365.316	2.375.221	
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(d)	221.970	3.883	210.777	(223.714)	
Receita de construção da infraestrutura da concessão		179.650	182.140	513.758	546.538	
Outras receitas	(e)	16.988	27.929	111.583	83.152	
Total receita bruta		2.008.352	1.786.530	5.789.320	5.217.017	
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(640.597)	(606.292)	(1.889.790)	(1.800.806)	
Total receita operacional líquida		1.367.755	1.180.238	3.899.530	3.416.211	

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

, ,	Período de três meses findos em						
	M	Wh (*)		R\$			
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016			
		(Reapresentado)		(Reapresentado)			
Consumidores:							
Residencial	1.077.868	1.111.549	671.643	633.799			
Industrial	278.983	341.232	144.599	158.542			
Comercial	561.410	601.341	373.979	360.588			
Rural	149.169	167.846	57.479	56.407			
Poder público	143.358	148.009	85.985	82.030			
Iluminação pública	120.443	118.590	49.414	41.899			
Serviço público	146.361	144.238	55.622	50.368			
Consumo próprio	3.357	5.904	-	-			
Fornecimento não faturado Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica -	-	-	(30.884)	(9.178)			
Consumidor cativo(1)	-	-	(693.344)	(746.487)			
Subvenções		<u>-</u>	89.015	86.947			
	2.480.949	2.638.709	803.508	714.915			

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Período de nove meses findos em MWh (*) 30/09/2016 30/09/2017 30/09/2017 30/09/2016 (Reapresentado) (Reapresentado) Consumidores: Residencial 3.608.438 3.595.426 2.126.275 1.976.589 Industrial 401.509 808.399 1.151.904 527.174 Comercial 1.817.343 1.113.862 1.925.238 1.133.686 Rural 490.386 471.531 176.693 156.263 Poder público 464.772 470.632 260.530 252.034 Iluminação pública 358.509 344.242 136.760 119.169 Serviço público 433.752 423.448 152.086 147.414 Consumo próprio 13.074 11.125 Fornecimento não faturado (14.255)(21.613)Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica -Consumidor cativo(1) (2.190.989)(2.235.300)Subvenções 251.023 243.506 7.982.420 8.405.799 2.433.318 2.279.098

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em		
	-	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	
Receita de Uso - Consumidor Livre		62.965	52.706	174.327	139.921	
Receita de Uso - Consumidor Cativo	(*)	693.344	746.487	2.190.989	2.235.300	
		756.309	799.193	2.365.316	2.375.221	
(*) Vide comentários nota (a), acima.	_					

^(*) Informações não auditadas.

⁽¹⁾ Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/08, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

(d) Valores a compensar/repassar da parcela A e outros itens financeiros

	Período de três meses findos em		Período de l findo	nove meses s em
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
CVA				
Energia	299.861	(27.322)	375.481	(195.171)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	(46.340)	7.316	(39.877)	54.274
Neutralidade dos encargos setoriais	25.965	-	17.463	5.574
Outras CVA´s	9.640	(14.467)	(61.548)	(15.829)
Outros Itens Financeiros				
Energia Eletronuclear	-	(21)	-	(1.657)
Exposição Financeira	-	-	-	(6.472)
Reversão RTE 2015	-	(639)	3.800	(20.731)
Sobrecontratação	(30.511)	33.803	(18.301)	(55.182)
Recomposição Energia Termope	4.889	-	12.159	-
Risco Hidrológico	(36.444)	-	(61.223)	-
Outros itens financeiros	(5.090)	5.213	(17.177)	11.480
	221.970	3.883	210.777	(223.714)

(e) Outras receitas

	Período de t	rês meses findos em	Período de nove meses findo em		
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Renda da prestação de serviços	3.824	8.003	15.245	18.137	
Arrendamentos e aluguéis	7.106	6.355	22.022	17.527	
Serviço taxado Valor justo ativo indenizável da	2.373	2.290	6.473	5.875	
concessão	(5.969)	9.368	55.214	36.392	
Outras receitas	9.654	1.913	12.629	5.221	
	16.988	27.929	111.583	83.152	

^(*) Conforme mencionado na nota 9, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

(f) Deduções da receita bruta

	Período de três m	eses findos em	Período de nove meses findos er		
	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	
Impostos e contribuições					
ICMS	(343.052)	(327.540)	(1.045.392)	(1.015.889)	
PIS	(28.163)	(29.107)	(80.620)	(76.574)	
COFINS	(130.386)	(133.857)	(370.298)	(352.497)	
ISS	(547)	(532)	(2.041)	(1.578)	
Encargos Setoriais					
Conta de desenvolvimento energético – CDE (*) (88.862)	(104.206)	(279.905)	(315.534)	
Programa de Eficientização Energética – PEE Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico	(5.970)	(4.811)	(16.653)	(16.681)	
e Tecnológico – FNDCT	(2.388)	(1.924)	(6.661)	(6.672)	
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(1.194)	(963)	(3.331)	(3.336)	
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(2.388)	(1.924)	(6.661)	(6.672)	
Encargos do Consumidor – CCRBT	(36.207)	(143)	(74.067)	(1.621)	
Outros	(1.440)	(1.285)	(4.161)	(3.752)	
Total	(640.597)	(606.292)	(1.889.790)	(1.800.806)	
(*) Vide nota 13 (a).					

19. Custos e despesas operacionais do serviço

19.1 Custo de Energia Elétrica

_	Período de três meses findos em			
	MWh (*)		R	\$
_	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Energia comprada para revenda				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	1.304.995	1.802.899	(184.218)	(255.512)
Contratos Bilaterais	911.184	966.362	(217.446)	(234.430)
Contratos por cotas de garantia física	780.717	880.378	(55.041)	(65.188)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	111.527	111.527	(25.062)	(22.299)
Mercado de Curto Prazo	25.304	-	(919)	14.961
PROINFA	71.314	75.135	(23.450)	(25.234)
Ressarcimento de energia	-	-	5.339	359
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	82.984	60.484
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	-	(4.933)
Custos Variáveis do MCP	-		(380.751)	(113.199)
Total	3.205.041	3.836.301	(798.564)	(644.991)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			(100.833)	(26.870)
Encargos de conexão			(2.685)	(3.414)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(2.832)	(2.037)
Encargo de serviço do sistema – ESS			(12.470)	(28.377)
Encargos de energia de reserva – EER			26.641	(29)
Créditos de PIS e COFINS			6.235	4.958
			(85.944)	(55.769)
			(884.508)	(700.760)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Período de nove meses findos em			
	MW			\$
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Energia comprada para revenda				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	5.176.557	5.412.276	(714.112)	(760.820)
Contratos Bilaterais	2.426.802	2.606.144	(589.696)	(591.646)
Contratos por cotas de garantia física	2.666.249	2.841.247	(161.066)	(175.667)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	330.995	332.208	(75.185)	(66.898)
Energia curto prazo – PLD	45.699		(94.831)	110.209
PROINFA	198.759	204.729	(70.349)	(75.703)
Ressarcimento de energia			16.145	2.958
(-) Créditos de PIS e COFINS			231.298	177.754
Encargos de energia de reserva – EER			-	(34.871)
Custos Variáveis do MCP			(722.779)	(310.817)
Total	10.845.061	11.396.604	(2.180.575)	(1.725.501)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição		_		
Encargos de rede básica			(162.432)	(79.815)
Encargos de conexão			(10.593)	(10.480)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(7.748)	(6.382)
Encargo de serviço do sistema – ESS			(24.144)	(83.701)
Encargos de energia de reserva – EER			41.774	59
(-) Créditos de PIS e COFINS			13.545	19.476
			(149.598)	(160.843)
			(2.330.173)	(1.886.344)

^(*) Informações não auditadas.

19.2 Custo de operação e despesas operacionais

		Período de três meses findos em				
		30/09/2017				
Custos / Despesas	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total	
					(Reapresentado)	
Pessoal	(40.159)	(10.093)	(12.819)	(63.071)	(57.533)	
Administradores	-	-	(1.357)	(1.357)	(1.458)	
Benefício pós-emprego	-	-	(58)	(58)	(35)	
Material	(5.904)	(73)	(453)	(6.430)	(6.534)	
Combustível para produção de energia	(3.193)	-	-	(3.193)	(790)	
Serviços de terceiros	(67.703)	(11.082)	(15.767)	(94.552)	(112.910)	
Indenizações	(98)	(29)	(12.570)	(12.697)	(16.403)	
Amortização	(44.144)	-	(6.770)	(50.914)	(45.208)	
Arrendamentos e aluguéis	(400)	(225)	(337)	(962)	(861)	
Tributos	(63)	(26)	(125)	(214)	(85)	
Provisões líquidas - PCLD	-	5.070	-	5.070	(4.808)	
Perdas contas a receber	-	(23.150)	-	(23.150)	(22.903)	
Provisões líquidas – contingências	-	-	323	323	3.543	
Outros custos e despesas	1.315	(24)	(1.773)	(482)	(11.306)	
Total custos / despesas	(160.349)	(39.632)	(51.706)	(251.687)	(277.291)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

		Período de nove meses findos em					
		30/09/2017					
Custos / Despesas	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total		
					(Reapresentado)		
Pessoal	(122.586)	(33.956)	(38.261)	(194.803)	(182.438)		
Administradores	-	-	(4.411)	(4.411)	(4.268)		
Benefício pós-emprego	-	-	(171)	(171)	(105)		
Material	(21.649)	(232)	(2.209)	(24.090)	(19.450)		
Combustível para produção de energia	(6.635)	-	-	(6.635)	(4.234)		
Serviços de terceiros	(220.780)	(32.247)	(50.635)	(303.662)	(325.871)		
Indenizações	(195)	(95)	(31.635)	(31.925)	(49.553)		
Amortização	(130.952)	-	(19.079)	(150.031)	(132.099)		
Arrendamentos e aluguéis	(1.046)	(689)	(789)	(2.524)	(2.303)		
Tributos	(1.168)	(231)	(1.764)	(3.163)	(2.401)		
Provisões líquidas - PCLD	-	41.027	-	41.027	(34.306)		
Perdas contas a receber	-	(149.761)	-	(149.761)	(69.041)		
Provisões líquidas – contingências	-	-	(9.664)	(9.664)	14.762		
Outros custos e despesas	18.807	(343)	(5.878)	12.586	(32.204)		
Total custos / despesas	(486.204)	(176.527)	(164.496)	(827.227)	(843.511)		

20. Receitas e despesas financeiras

•	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em		
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras	10.293	4.176	25.687	16.449	
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	(297)	6.801	22.871	26.269	
Variações monetárias e cambiais - Dívida	69.944	37.221	148.712	388.944	
Variações monetárias e cambial - Outras	1.026	2.279	1.032	21.008	
Instrumentos financeiros derivativos	9.886	4.754	46.454	62.507	
Atualização depósitos Judicias	292	349	1.962	2.109	
Atualização do ativo financeiro setorial	-	(2.543)	-	4.584	
(-) PIS e COFINS s/receita financeira	(1.460)	(1.023)	(4.074)	(4.993)	
Outras receitas financeiras	7.587	655	8.485	1.044	
	97.271	52.669	251.129	517.921	
Despesas financeiras				_	
Encargos de dívidas	(50.858)	(31.147)	(125.699)	(88.691)	
Variações monetárias e cambiais - Dívida	(37.974)	(47.867)	(138.743)	(283.950)	
Variações monetárias e cambiais - Outras	(3.136)	(4.328)	(12.257)	(14.116)	
Instrumentos financeiros derivativos	(58.722)	(22.796)	(119.259)	(245.237)	
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(6.541)	(6.182)	(19.624)	(18.547)	
IOF	(922)	(1.552)	(2.861)	(6.026)	
Encargos P&D/PEE	(745)	(900)	(2.330)	(2.622)	
Atualização do passivo financeiro setorial	(877)	-	(11.008)	-	
Atualização contingências	(15.433)	(6.283)	(30.054)	(19.662)	
Outras despesas financeiras	(3.687)	(955)	(14.014)	(4.012)	
	(178.895)	(122.010)	(475.849)	(682.863)	
Resultado financeiro líquido	(81.624)	(69.341)	(224.720)	(164.942)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

21. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Compra de Energia Elétrica Termopernambuco S/A Baguari Geração de Energia Elétrica S.A. Goiás Sul Geração de Energia Norte Energia S.A. Energética Aguas da Pedra	a.1) a.2) a.2) a.2) a.2)	150.016 327	31/12/2016 304.242 398	30/09/2017 (751.869)	30/09/2016 (591.646)	Vencimento
Termopernambuco S/A Baguari Geração de Energia Elétrica S.A. Goiás Sul Geração de Energia Norte Energia S.A. Energética Aguas da Pedra	a.2) a.2) a.2)	327		(751.869)	(591 646)	
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A. Goiás Sul Geração de Energia Norte Energia S.A. Energética Aguas da Pedra	a.2) a.2) a.2)	327		(751.869)	(501 646)	
Goiás Sul Geração de Energia (Norte Energia S.A. (Energética Aguas da Pedra ()	a.2) a.2)		398		(591.040)	2024
Norte Energia S.A. (CEnergética Aguas da Pedra (CENERGE AGUAS DE CENERGE A	a.2)	-		(2.532)	(2.366)	2039
Energética Aguas da Pedra (d			245	-	(1.457)	2039
	a.2)	16.839	10.093	(101.812)	(19.798)	2044
Rio PCH I S.A.	,	1.777	2.159	(13.738)	(12.837)	2040
	a.2)	-	319	-	(1.899)	2038
Calango 1 Energia Renovável S/A	a.2)	20	40	(178)	(165)	2033
Calango 2 Energia Renovável S/A	a.2)	17	17	(152)	(141)	2032
Calango 3 Energia Renovável S/A	a.2)	20	20	(178)	(165)	2032
Calango 4 Energia Renovável S/A	a.2)	18	18	(165)	(153)	2033
Calango 5 Energia Renovável S/A	a.2)	19	19	(175)	(163)	2032
Caetité 2 Energia Renovável S/A	a.2)	16	16	(147)	(137)	2032
Caetité 3 Energia Renovável S/A	a.2)	17	17	(149)	(138)	2032
Mel 2 Energia Renovável S.A	a.2)	13	13	(120)	(111)	2032
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	a.2)	18	-	(161)	(149)	2032
Teles Pires Participações	a.2)	2.178	3.053	(19.165)	(21.569)	2044
		171.295	320.669	(890.541)	(652.894)	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)						
Termopernambuco S/A	(d)	76	136	(599)	(476)	2030
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(c)	38	17	(174)	(117)	2030
SE Narandiba S.A.	(c)	4	2	(23)	(14)	2030
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(c)	41	22	(180)		2030
		159	177	(976)	(607)	
Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)	(b)					
Coelba		446	443	(3.917)	(3.171)	2030
		446	443	(3.917)	(3.171)	
Serviços Administrativos						
Amara Brasil	(f)	716	480	(2.944)	(2.823)	2018
BB - Banco Investimento S/A	(j)	-	-	(2.346)	(1.837)	2017
CELPOS	(g)	112.897	125.807	(25.137)	(33.714)	Indeterminado
		113.613	126.287	(30.427)	(38.374)	
Empréstimos e Aplicação Financeira (Financeira)	n)/(i)					
BB - Banco Investimento S/A		(55.850)	67.218	(4.659)	(11.112)	2021
		(55.850)	67.218	(4.659)	(11.112)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

		(Ativo)/Passivo		Receita/(I		
CONTROLADORES	Notas	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016	Vencimento
					_	
Dividendos e JSCP	(k)					
Neoenergia S.A		20.894	8	-	-	-
Outros Minoritários		2.517	97			-
		23.411	105	-	-	
Serviços Administrativos	(e)					
Neoenergia S.A		70	70	(632)	(587)	2018
		70	70	(632)	(587)	
TOTAL		253.144	514.969	(931.151)	(706.745)	
Circulante		(127.954)	234.290			
Não circulante		381.098	280.679			

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:
 - a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis.
 - a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- (b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (d) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (e) Contrato de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA.
- (g) Saldos de planos previdenciários junto a Celpos e de contrato de reconhecimento de dívida junto a esta fundação, corrigido pelo INPC + 6% a.a.
- (h) Contratos de empréstimo, corrigidos mensalmente com base no CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

- (i) Contrato de aplicação em títulos e valores mobiliários Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28).
- (j) Contrato de serviço de arrecadação de faturas de energia.
- (k) Dividendos e juros sobre capital próprio.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

21.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes a à Política/Norma de aplicações de recursos da Companhia.

21.2 Remunerações da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, é de R\$ 4.411 (R\$ 4.269 em 30 de setembro de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração recorrente	1.635	1.827
Benefícios de Curto Prazo	1.418	1.240
Benefícios de Longo Prazo	1.180	(1.119)
Rescisões contratuais	178	2.321
Total	4.411	4.269

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 10 de abril de 2017, aprovou o montante de até R\$ 6.139 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017. Até setembro de 2017 o montante pago foi de R\$ 4.438, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	30/09/2017
Remuneração recorrente	2.568
Benefícios de Curto Prazo	1.418
Benefícios de Longo Prazo	274
Rescisões contratuais	178
Total	4.438

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

22. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de hedge de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de hedge de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos nem alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

c) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 30 de setembro de 2017, operações de *hedge* cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI utiliza derivativos através de *swaps* de taxas de juros para CDI.

Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são concentradas em fundos restritos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de setembro 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 737.701, sendo R\$ 737.485 em fundos restritos e R\$ 216 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não									
derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	2.250.927	2.978.658	80.044	565.817	500.347	792.297	570.484	378.993	90.676
Debêntures	924.677	1.094.219	5.844	223.676	209.334	530.555	6.534	118.276	-
Fornecedores	997.108	997.108	200.142	753.466	-	-	-	-	43.501
Passivos financeiros derivativos:									
Swap cambial	(50.689)	(79.556)	8.796	(13.446)	17.658	(54.984)	(17.054)	(20.221)	(305)

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições de sua Política de Riscos de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	30/09/2017	31/12/2016
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	770.765	23.658
Títulos e valores mobiliários Empréstimos e recebíveis	63	175.634
Contas a receber de clientes e outros Valores a compensar da parcela A e outros itens	1.495.964	1.576.650
financeiros Mantidos até o vencimento	121.873	-
Títulos e valores mobiliários	-	419
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	1.260.085	1.081.698

f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 30 de setembro de 2017 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos, bem como nenhuma das operações contratada teve custo inicial associado.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), valor justo, data de contratação, data de vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período.

(i) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

	Walanaa da	. D. (Volon		Efeito acumulado
	30/09/2017	31/12/2016	Índice	Vencimento (Ano)	Valor -	31/12/2016	Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
0 1100 / 50 /	30/09/2017	31/12/2010	illuice	vencimento (Ano)	30/09/2017	31/12/2010	a pagai/pago
Swap US\$ pós vs R\$ pós							
Ativa	\$ 223.253	\$ 85.147	Libor +	2018	(715.045)	(275.467)	(439.578)
Passiva	R\$ 676.469	R\$ 239.500	CDI		676.469	239.501	436.968
Risco de Crédito				_	(58)	25	(83)
Líquido					(38.634)	(35.941)	(2.693)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Valores de	e Referência			Valor	Justo	Efeito acumulado
	30/09/2017	31/12/2016	Índice	Vencimento (Ano)	30/09/2017	31/12/2016	Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
Swap US\$ pré vs R\$ pós							
Ativa	\$ 59.918	\$ 147.910	Pré	2019	(195.648)	(485.007)	289.359
Passiva	R\$ 192.439	R\$ 519.076	CDI		192.439	519.079	(326.640)
Risco de Crédito				<u>-</u>	(15)	615	(630)
Líquido					(3.224)	34.687	(37.911)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio de resultado.

(ii) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

	Valores de	e Referência			Valor	Justo	Efeito acumulado
	30/09/2017	31/12/2016	Índice	Vencimento (Ano)	30/09/2017	31/12/2016	Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
Swap EUR \$ pré vs R\$ pós				, ,			
Ativa	€ 209	€ 219	Pré	2026	(908)	(904)	(4)
Passiva	R\$ 532	R\$ 552	CDI		532	610	(78)
Risco de Crédito				-	(3)	(2)	(1)
Líquido					(379)	(296)	(83)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio de resultado.

(iii) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de swap para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Valores de	e Referência			Valor	Justo	Efeito acumulado
	30/09/2017	31/12/2016	Índice	Vencimento (Ano)	30/09/2017	31/12/2016	Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
Swap IPCA VS CDI							
Ativa	R\$ 91.895	R\$ -	IPCA+	2022	(101.737)	-	(101.737)
Passiva	R\$ 93.288	R\$ -	CDI		93.288	-	93.288
Risco de Crédito				<u>-</u>	(3)	-	(3)
Líquido					(8.452)	-	(8.452)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio de resultado.

g) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio protegidos pelos mesmos e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar		Alta do Dólar		(910.695)	(227.674)	(455.348)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Queda do Dólar	3,1680	910.695	227.674	455.348
Exposição Líquida					-	
Dívida em Euro		Alta do Euro		(868)	(217)	(434)
Swap Ponta Ativa em Euro	Euro(€)	Queda do Euro	3,7430	910	227	455
Exposição Líquida				<u>-</u>	10	21

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,1%	737.701	14.575	11.010	7.394
PASSIVOS FINANCEIROS							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	8,1%	(1.393.199)	(32.435)	(7.776)	(15.427)
Swap – ponta passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	8,1%	(962.727)	(21.820)	(5.234)	(10.385)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA Queda da	2,5%	(101.783)	(2.198)	(156)	(312)
Swap Ponta Ativa em IPCA	IPCA	IPCA	2,5%	101.736	2.197	156	312
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR M3 Queda da	1,3%	(715.043)	(5.224)	(596)	(1.192)
Swap Ponta Ativa LIBOR 3M	LIBOR	LIBOR M3	1,3%	715.046	6.196	706	1.413
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	8,2%	(150.114)	(3.763)	(720)	(1.429)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(384.314)	(8.714)	(1.681)	(3.363)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

h) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	30/09/2017			31/12/2016		
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Empréstimos e recebíveis	_	1.092.147	1.092.147	1.009.933	1.009.933	
Contas a receber de clientes e outros	2	970.274	970.274	1.009.933	1.009.933	
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	121.873	121.873	-	-	
Mantidos até o vencimento	_			419	419	
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	419	419	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	_	829.930	829.930	261.816	261.816	
Caixa e equivalentes de caixa	2	770.765	770.765	23.658	23.658	
Títulos e valores mobiliários	2	63	63	175.634	175.634	
Swap cambial	2	59.102	59.102	62.524	62.524	
Disponível para venda	=	1.260.085	1.260.085	1.081.698	1.081.698	
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	3	1.260.085	1.260.085	1.081.698	1.081.698	
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Mensurado pelo custo amortizado	_	3.162.687	3.174.887	2.253.528	2.252.280	
Fornecedores	2	997.108	997.108	710.682	710.682	
Empréstimos e financiamentos	2	1.340.003	1.348.249	1.088.449	1.088.449	
Debêntures	2	825.181	829.135	376.106	374.858	
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	3	395	395	78.291	78.291	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	<u>-</u>	1.018.833	1.018.833	820.556	820.556	
Empréstimos e financiamentos	2	910.924	910.924	759.582	759.582	
Debêntures *	2	99.496	99.496	-	-	
Swap cambial (*) Refere-se à hierarquia para determinação d	2 o valor just	8.413 to	8.413	60.974	60.974	

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já esta refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados. A Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

23. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Vigência	A partir de 10/2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
De 10/2018 a 2030	3.049.532	3.133.089	3.439.894	3.720.842	3.936.424	46,469,700

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado e a contratar pelo preço corrente na data base de 30 de setembro de 2017, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

24. Benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 4, na modalidade BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1).

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 18.270 (R\$ 16.863 em 30 de setembro 2016).

As contribuições provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	30/09/2017	31/12/2016
Custo do Imobilizado em Curso	(2.374)	(2.455)
Despesas Operacionais	(14.778)	(19.317)
	(17.152)	(21.772)

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a CELPOS, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2023, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores reconhecidos no passivo estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	17.699	17.521	92.553	104.654
	17.699	17.521	92.553	104.654
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	136.588	120.949
Desligados PDV	1.123	2	(25)	(15)
	1.123	2	136.563	120.934
	18.822	17.523	229.116	225.588

<u>Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a empregados</u>

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 — Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela CELPOS, em 30 de setembro de 2017 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 695, de 13 de dezembro de 2012.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos períodos de 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram:

	CD		CD BD			
Planos de benefício / Contribuição	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,46%	11,83%	9,76%	11,83%		
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	9,46%	11,83%	9,76%	11,83%		
Índice estimado de aumento nominal dos salários Índice estimado de aumento nominal dos	6,08%	7,08%	6,07%	7,08%		
benefícios	Não aplicável	Não aplicável	4,5%	5,5%		
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,5% 0,15 / (tempo	5,5% 0,15 / (tempo	5,5%	5,5%		
Taxa de rotatividade esperada	de serviço + 1)	de serviço + 1)	Nula	Nula		
Fator de capacidade	0,98	0,98 AT-2000	0,98 AT-2000	0,98 AT-2000		
Tábua biométrica de mortalidade geral Tábua biométrica de mortalidade de	AT-2000	Masculina	Masculina AT-83	Masculina AT-83		
inválidos	Não aplicável	Não aplicável	masculina	masculina		
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca 100% na data da	Ligth-Fraca 100% na data da		
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	aposentadoria normal	aposentadoria normal		

Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano:

	Menos de 1	Entre 1-2	Entre 2-5	Mais de 5	
	ano	anos	anos	anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Benefícios de aposentadoria - CD	314	631	1.399	2.217	4.561
Benefícios de aposentadoria – BD	79.991	163.184	349.423	491.253	1.083.851

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	30/09/2017	31/12/2016
Valor Reconhecido no Balanço		
Benefícios de previdência - CD	2.106	1.411
Benefícios de previdência - BD	(247.938)	(243.111)
	(245.832)	(241.700)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado liquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	(27)	55
Benefícios de previdência - BD	(19.258)	(24.259)
·	(19.285)	(24.204)
Redimensionamentos atuariais reconhecidos no resultado abrangente		
Benefícios de previdência - CD	432	80
Benefícios de previdência - BD	(14.226)	(49.446)
·	(13.794)	(49.366)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Plano CD		Plano BD	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Custo do Serviço Corrente	(171)	(139)	366	470
Custo dos juros líquido de contribuições do empregador revertidas no ano	144	194	(19.624)	(24.729)
Total incluído no resultado	(27)	55	(19.258)	(24.259)

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido e contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2016	(1.738)	(920.289)
Custo do serviço corrente	(171)	366
Custo dos juros	(141)	(69.208)
Contribuições dos participantes do plano	(18)	(1.581)
Benefício pago pelo plano	104	54.429
Redimensionamento atuarial		
Premissas financeiras	(117)	(82.904)
Experiência do plano	(4)	42.622
Em 30 de setembro de 2017	(2.085)	(976.595)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2016	9.230	677.177
Receita de juros sobre os ativos do plano Redimensionamento atuarial	733	51.764
Contribuições do empregador	8	26.168
Contribuições de empregados	18	1.581
Benefícios pagos	(104)	(54.429)
Juros sobre valor justo	497_	26.056
Em 30 de setembro de 2017	10.382	728.317

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida são:

	Plano CD	Plano BD
Custo do serviço corrente Custo dos juros Custo da obrigação (ORA)	(297) 175 283	476 (22.110)
Total incluído no resultado	161	(21.634)

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 48.429 (R\$ 37.191 em 30 de setembro de 2016).